

Pela vida das mulheres! Não ao Assédio!

Nós mulheres, delegadas, observadoras, monitoras, diretoras e presidentes das seções sindicais e atual gestão do Andes, presentes no 36º Congresso “*Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras*”, realizado de 23 à 28 de Janeiro de 2017 em Cuiabá – MT; reiteramos posicionamento contrário aos retrocessos apresentados em processo encaminhado pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Expressamos nossa indignação frente às manifestações conservadoras que refletem a vontade de um grupo específico deste país. Diante do exposto, manifestamos nossa defesa pela Educação pública laica e popular; contrária à regressiva retirada dos direitos sociais por nós conquistados! Salientamos nosso TOTAL E IRRESTRITO REPÚDIO às manifestações machistas, racistas e homofóbicas denunciadas ao longo do congresso pelas trabalhadoras/estudantes (monitoras), trabalhadoras/técnicas (monitoras) e trabalhadoras/professoras (Delegadas e Observadoras).

Compreendemos que a Universidade, bem como o sindicato, constituam espaços de disputas políticas e de projetos societários. Outrossim, assombramo-nos com tais manifestações, pois “ingenuamente” acreditamos restringir-se ao campo da direita conservadora, de modo a nos “pasmarmos” com a “malícia” dos congressistas (Homens hegemonicamente) nos processos de naturalização e banalização da violência e do abuso sexual e moral sobre nós mulheres.

Conduta muito próxima dos “pensantes” dos séculos XIX e XX, cujos discursos fascistas, travestidos por uma jocosidade vergonhosa, propagam a defesa de uma ilusória liberdade de gênero e expressão sexual. Assim, sua defesa da igualdade de gênero paramenta-se pela perspectiva determinista acerca do que é próprio ao gênero feminino e masculino, dando mostra do quão binarista, limitada e frágil é sua capacidade de percepção do humano genérico. Não bastasse a vulgaridade (no sentido pejorativo) dos termos que utilizaram para se aproximar das mulheres e daquilo do que nos defendemos, a superficialidade de seus argumentos não fortalece a emancipação de quem quer que seja!

Nessa conjuntura que a crise econômica, cujas resoluções imediatas resvalam sobremaneira sobre a classe trabalhadora, manifesta-se cotidianamente por ações violentas e retrógradas, precisamos resistir. Desta forma, acreditamos que a crise ora em curso, não é temporária, mas constitui-se como ferramenta que viabiliza a reorganização

social, cuja finalidade é a manutenção da economia liberal. Destarte, denunciemos que é sobre a vida da trabalhadora assalariada que a sobretaxação de mercadorias de consumo necessário à sobrevivência e a recomposição da força de trabalho recairão.

Não obstante, aviltadas pela sobrecarga das taxações, com precário acesso a bens e produtos socialmente produzidos, marginalizadas e/ou excluídas do acesso à Assistência Social, Educação, Saúde e Previdência; somos e seremos, nós, mulheres, as maiores atingidas pela pauperização, precarização e pelo endividamento.

Desde 2013 temos denunciado as bases estruturais (objetiva e subjetiva) que constituem e forjam a crise econômica. Assim, temos evidenciado que desde a aprovação do PL 6583/2013 (Alteração do Estatuto da Família), o Estado capitalista, patriarcal, machista heterossexista e racista tem operado alterações nos processos de sociabilidade, cujo objetivo a curto prazo é reorganizar a família nuclear burguesa afim de arrefecer as lutas, conquistas e avanços cunhados pela organização e movimento feministas e de mulheres com vistas a contenção de qualquer fato ou ação que ameace a sociedade capitalista patriarcal.

Superficialmente apreendido por parcela da sociedade (que aqui chamamos atenção, parcela esta hegemônica pelos homens), a gravidade de tal projeto só fora efetivamente materializado quando tal medida passou a consubstancializar uma série de medidas, tais como PL 5.068/2013 (que impede prevenção de gravidez subsequente ao estupro); PL 2731/2015 (que impede que se fale sobre questão de gênero na Escola e prevê prisão de até 3 meses para o docente que não cumprir a lei), conhecida como Lei da Mordada; PLP30257/16 (Aprofunda o desmonte dos Serviços Públicos); PLC 30/15 (aprofunda a precarização das trabalhadoras terceirizadas); PL 4330/04 convertida em PL30/15). Tanto o PL primeiro, quanto o demais, aqui mencionados, objetivam dentro de um quadro exponencial, publicizar o aparato jurídico-econômico-social, mas acima de tudo *educacional*, que tem sido utilizado para subordinar uma categoria social e política que tem, no âmbito da luta social de classe, objetivado demandas para além da residualidade, focalização e fragmentação das políticas sociais públicas.

Esta categoria social e política, constituídas por nós mulheres da classe trabalhadora (negras, lésbicas, bissexuais e transexuais), evidenciou (e evidencia cotidianamente com estranhamento e recusa ao arbítrio masculino) a opressão, exploração e dominação dos espaços públicos de participação política como a universidade, sindicatos, partidos políticos, dentre outros.

Mostraram-se, deveras, exímios conservadores do modelo societário que só pode funcionar numa escala de hierarquia de gêneros donde só há espaço para opressores e oprimidos. Neste sentido, apontamos que o machismo autoritário e político, manifestado silenciosamente, mas não naturalizado no 36º congresso do Andes, deve ser radicalmente combatido, com fins a evidenciar os esquemas, paternalistas, servis e de violação que mascararam as hierarquias internas e disfarçam o assédio e o abuso moral e sexual imputados ao Gênero Feminino.

Encaminhamos como proposta a plenária do 36º congresso do Andes que o sindicato nacional e suas seções sindicais promovam a instauração de uma comissão que elaborará estratégias para coibir qualquer tipo de assédio e outros tipos de violência em seus eventos.

Não toleraremos violência contra as Mulheres!

Aqui não toleramos assédio.

#Machistasnãopassarão!!!!